

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	21
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
Notas Explicativas	35
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	77
Proposta de Orçamento de Capital	78
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	79

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	81
--	----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	83
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	85

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	98.693
Preferenciais	197.386
Total	296.079
Em Tesouraria	
Ordinárias	925
Preferenciais	815
Total	1.740

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	62.171	68.840	68.352
1.01	Ativo Circulante	23	18	41
1.01.06	Tributos a Recuperar	18	18	18
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18	18	18
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5	0	23
1.01.08.03	Outros	5	0	0
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	5	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	62.148	68.822	68.311
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.142	1.677	2.250
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4	410	983
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	4	410	983
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.138	1.267	1.267
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.102	1.102	1.102
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	36	165	165
1.02.02	Investimentos	61.006	67.145	66.061
1.02.02.01	Participações Societárias	61.006	67.145	66.061
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	60.721	66.860	65.776
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	285	285	285

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	62.171	68.840	68.352
2.01	Passivo Circulante	648	596	44
2.01.02	Fornecedores	5	0	3
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5	0	3
2.01.03	Obrigações Fiscais	1	1	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1	1	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	1	1	0
2.01.05	Outras Obrigações	642	595	41
2.01.05.02	Outros	642	595	41
2.01.05.02.04	Parcelamento de tributos	642	595	41
2.02	Passivo Não Circulante	16.739	15.935	418
2.02.02	Outras Obrigações	16.483	15.692	189
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	525	0	0
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	525	0	0
2.02.02.02	Outros	15.958	15.692	189
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	15.958	15.692	189
2.02.04	Provisões	256	243	229
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	256	243	229
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	256	243	229
2.03	Patrimônio Líquido	44.784	52.309	67.890
2.03.01	Capital Social Realizado	67.425	67.425	67.425
2.03.02	Reservas de Capital	18.147	18.147	18.147
2.03.02.07	Incentivos IR Lei 4239/63	17.684	17.684	17.684
2.03.02.08	Outros	463	463	463
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.081	-45.214	-30.347
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.293	11.951	12.665

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.587	-841	-17.134
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-304	-314	-204
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-143	-1.611	-222
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.140	1.084	-16.708
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.587	-841	-17.134
3.06	Resultado Financeiro	-938	70	62
3.06.01	Receitas Financeiras	9	81	95
3.06.02	Despesas Financeiras	-947	-11	-33
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.525	-771	-17.072
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-14.810	0
3.08.01	Corrente	0	-14.810	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.525	-15.581	-17.072
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.525	-15.581	-17.072
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,0254	0,0526	0,0577
3.99.02.02	PNA	0,0254	0,0526	0,0577
3.99.02.03	PNB	0,0254	0,0526	0,0577
3.99.02.04	PNC	0,0254	0,0526	0,0577

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.867	-14.867	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-658	-714	0
4.02.01	Realização do custo atribuído	-998	-1.080	0
4.02.02	Tributação sobre a realização do custo atribuído	340	366	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.525	-15.581	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-931	-654	-252
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.373	-1.936	-252
6.01.01.01	Lucro\prejuízo antes do IR e CSLL	-7.525	-771	0
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	0	-81	0
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	6.140	-1.084	0
6.01.01.06	Constituição (reversão) PCLD	12	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	442	1.282	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-5	23	0
6.01.02.05	Fornecedores	5	-3	0
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	0	1	0
6.01.02.08	Parcelamentos de tributos	313	1.247	0
6.01.02.09	Outras contas a pagar	0	14	0
6.01.02.11	Depósitos judiciais	129	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	931	654	-40
6.03.01	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	525	0	0
6.03.03	Empréstimos com empresas ligadas	406	654	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	0	-292
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	0	292

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.425	18.147	0	-45.214	11.951	52.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.425	18.147	0	-45.214	11.951	52.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-6.867	-658	-7.525
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	998	-998	0
5.06.05	Tributação realização do custo atribuído	0	0	0	-340	340	0
5.06.06	Lucro\Prejuízo do exercício	0	0	0	-7.525	0	-7.525
5.07	Saldos Finais	67.425	18.147	0	-52.081	11.293	44.784

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.425	18.147	0	-30.347	12.665	67.890
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.425	18.147	0	-30.347	12.665	67.890
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-14.867	-714	-15.581
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.080	-1.080	0
5.06.05	Tributação realização do custo atribuído	0	0	0	-366	366	0
5.06.06	Lucro\Prejuízo do exercício	0	0	0	-15.581	0	-15.581
5.07	Saldos Finais	67.425	18.147	0	-45.214	11.951	52.309

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.425	18.147	0	-13.935	13.325	84.962
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.425	18.147	0	-13.935	13.325	84.962
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-16.412	-660	-17.072
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.000	-1.000	0
5.06.05	Tributação do custo atribuído	0	0	0	-340	340	0
5.06.06	Prejuízo\Lucro do exercício	0	0	0	-17.072	0	-17.072
5.07	Saldos Finais	67.425	18.147	0	-30.347	12.665	67.890

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-447	-1.885	-426
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-447	-1.885	-426
7.03	Valor Adicionado Bruto	-447	-1.885	-426
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-447	-1.885	-426
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-6.131	1.165	-16.613
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.140	1.084	-16.708
7.06.02	Receitas Financeiras	9	81	95
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-6.578	-720	-17.039
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-6.578	-720	-17.039
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	14.810	0
7.08.02.01	Federais	0	14.810	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	947	51	33
7.08.03.01	Juros	947	51	33
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.525	-15.581	-17.072
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.525	-15.581	-17.072

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	118.036	127.199	129.260
1.01	Ativo Circulante	38.843	43.306	47.672
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	325	1.223	2.881
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.712	6.486	16.503
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.712	6.486	16.503
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	3.712	6.486	16.503
1.01.03	Contas a Receber	13.492	9.636	6.938
1.01.03.01	Clientes	13.492	9.636	6.938
1.01.04	Estoques	15.994	19.349	11.436
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.432	2.874	1.078
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.432	2.874	1.078
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.023	2.179	2.681
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.865	1.559	6.155
1.01.08.03	Outros	1.865	1.559	6.155
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	1.543	1.255	5.894
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	322	304	261
1.02	Ativo Não Circulante	79.193	83.893	81.588
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.484	13.535	13.758
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.669	2.745
1.02.01.03.01	Clientes	0	1.669	2.745
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	875	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.609	11.866	11.013
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	8.731	9.213	8.541
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	2.878	2.653	2.472
1.02.02	Investimentos	931	931	931
1.02.02.01	Participações Societárias	931	931	931
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	931	931	931
1.02.03	Imobilizado	65.532	69.104	66.451

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.532	69.104	66.451
1.02.04	Intangível	246	323	448
1.02.04.01	Intangíveis	246	323	448
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	246	323	448

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	118.036	127.199	129.260
2.01	Passivo Circulante	40.348	31.726	24.578
2.01.02	Fornecedores	9.914	11.459	4.890
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.448	8.961	3.760
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.466	2.498	1.130
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.718	1.670	1.459
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.605	1.580	1.333
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	369	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Tributárias	1.605	1.211	1.333
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	96	71	107
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17	19	19
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.435	12.306	12.150
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.435	12.306	12.150
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	12.810	10.330	12.148
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.625	1.976	2
2.01.05	Outras Obrigações	4.635	2.757	3.985
2.01.05.02	Outros	4.635	2.757	3.985
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	4.635	2.757	3.985
2.01.06	Provisões	4.646	3.534	2.094
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.646	2.834	2.094
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	967	895	290
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.304	1.939	1.804
2.01.06.01.05	Cláusula quarta a pagar	1.375	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	0	700	0
2.01.06.02.04	Participações a pagar	0	700	0
2.02	Passivo Não Circulante	34.788	45.745	40.188
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.108	18.466	28.126
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.108	18.466	28.126

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.096	12.389	26.376
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12	6.077	1.750
2.02.02	Outras Obrigações	19.442	19.216	3.694
2.02.02.02	Outros	19.442	19.216	3.694
2.02.02.02.03	Parcelamento de tributos	19.442	19.216	3.694
2.02.03	Tributos Diferidos	5.909	6.255	6.628
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.909	6.255	6.628
2.02.04	Provisões	4.329	1.808	1.740
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.329	1.808	1.740
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.579	1.808	1.740
2.02.04.01.05	Cláusula quarta a pagar	2.750	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	42.900	49.728	64.494
2.03.01	Capital Social Realizado	67.425	67.425	67.425
2.03.02	Reservas de Capital	18.147	18.147	18.147
2.03.02.07	Incentivos IR Lei 4239/63	17.684	0	0
2.03.02.08	Outros	463	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-55.107	-49.045	-34.985
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.473	12.141	12.865
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	962	1.060	1.042

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	159.507	164.478	113.855
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-131.646	-128.738	-90.724
3.03	Resultado Bruto	27.861	35.740	23.131
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.514	-30.288	-34.534
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.450	-14.954	-11.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.866	-9.817	-9.350
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas diversas	-8.877	-8.104	-7.621
3.04.02.02	Participações e honorários dos administradores	-1.989	-1.713	-1.729
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-65	-91	-9.731
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.133	-5.426	-4.247
3.04.05.01	Despesas Operacionais líquidas	-4.765	-1.224	0
3.04.05.02	Despesas com ociosidade	-3.368	-3.406	0
3.04.05.03	Participações dos empregados	0	-606	0
3.04.05.04	Participações dos administradores	0	-190	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.653	5.452	-11.403
3.06	Resultado Financeiro	-4.439	-5.412	-5.559
3.06.01	Receitas Financeiras	1.518	1.259	1.233
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.957	-6.671	-6.792
3.06.02.01	Despesas e encargos financeiros	-4.659	-4.933	-6.674
3.06.02.02	Variação cambial, líquida	-1.298	-1.738	-118
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.092	40	-16.962
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	264	-14.806	345
3.08.01	Corrente	-82	-15.179	0
3.08.02	Diferido	346	373	345
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.828	-14.766	-16.617
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-6.828	-14.766	-16.617
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.926	-14.748	-16.882
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	98	-18	265

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,0254	0,0526	0,0577
3.99.02.02	PNA	0,0254	0,0526	0,0577
3.99.02.03	PNB	0,0254	0,0526	0,0577
3.99.02.04	PNC	0,0254	0,0526	0,0577

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-6.062	-14.060	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-668	-724	0
4.02.01	Realização do custo atribuído	-1.014	-1.097	0
4.02.02	Tributação sobre a realização do custo atribuído	346	373	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-6.730	-14.784	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.642	-14.579	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-88	-205	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.106	10.006	26.263
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.187	13.945	26.783
6.01.01.01	Lucro\prejuízo antes do IR e CSLL	-6.730	40	-16.962
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	3.257	5.071	5.937
6.01.01.03	Depreciação e amortização	8.953	8.554	6.644
6.01.01.05	Valor residual de imobilizado baixado	-14	29	31.948
6.01.01.06	Constituição (reversão) PCLD	-104	214	-1.175
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para contingências	3.922	122	391
6.01.01.08	Outras despesas e receitas líquidas	-97	-85	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.919	-3.939	-520
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-3.752	-1.836	9.068
6.01.02.02	Estoques	3.355	-7.912	2.857
6.01.02.03	Impostos a recuperar	924	-2.468	1.829
6.01.02.04	Outras contas a receber	1.863	4.916	-6.607
6.01.02.05	Fornecedores	-549	7.042	-2.344
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-945	-265	237
6.01.02.07	Provisão para férias e encargos sociais	363	136	-11
6.01.02.08	Parcelamentos de tributos	298	1.311	325
6.01.02.09	Outras contas a pagar	831	-948	1.294
6.01.02.10	Juros pagos	0	-3.915	-7.168
6.01.02.11	Depósitos judiciais	-224	0	0
6.01.02.12	Despesa antecipada	287	0	0
6.01.02.13	Adiantamento a fornecedores	-506	0	0
6.01.02.14	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-26	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.290	-11.110	-5.732
6.02.01	Imobilizado	-5.290	-11.110	-5.643
6.02.02	Intangível	0	0	-89
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.488	-10.571	-8.824

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.01	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	5.297	5.144	26.797
6.03.02	Pagamentos a instituições financeiras	-12.023	-15.715	-35.621
6.03.04	Juros Pagos	-2.762	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.672	-11.675	11.707
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.709	19.384	7.677
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.037	7.709	19.384

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	67.425	18.147	0	-49.045	12.141	48.668	1.060	49.728
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.425	18.147	0	-49.045	12.141	48.668	1.060	49.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-6.062	-668	-6.730	-98	-6.828
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.014	-1.014	0	0	0
5.06.05	Tributação realização do custo atribuído	0	0	0	-346	346	0	0	0
5.06.06	Lucro\Prejuízo do exercício	0	0	0	-6.730	0	-6.730	-98	-6.828
5.07	Saldos Finais	67.425	18.147	0	-55.107	11.473	41.938	962	42.900

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	67.425	18.147	0	-34.985	12.865	63.452	1.042	64.494
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.425	18.147	0	-34.985	12.865	63.452	1.042	64.494
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-14.060	-724	-14.784	18	-14.766
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.097	-1.097	0	0	0
5.06.05	Tributação realização do custo atribuído	0	0	0	-373	373	0	0	0
5.06.06	Lucro\Prejuízo do exercício	0	0	0	-14.784	0	-14.784	18	-14.766
5.07	Saldos Finais	67.425	18.147	0	-49.045	12.141	48.668	1.060	49.728

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	67.425	18.147	0	-13.935	13.325	84.962	0	84.962
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.425	18.147	0	-13.935	13.325	84.962	0	84.962
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-16.412	-660	-17.072	0	-17.072
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.000	-1.000	0	0	0
5.06.05	Tributação realização do custo atribuído	0	0	0	-340	340	0	0	0
5.06.06	Lucro\Prejuízo do período	0	0	0	-17.072	0	-17.072	0	-17.072
5.07	Saldos Finais	67.425	18.147	0	-30.347	12.665	67.890	0	67.890

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	199.866	206.536	138.731
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	198.693	205.347	139.452
7.01.02	Outras Receitas	1.277	975	454
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-104	214	-1.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-166.176	-170.377	-120.831
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-133.737	-139.071	-85.779
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.439	-31.306	-35.052
7.03	Valor Adicionado Bruto	33.690	36.159	17.900
7.04	Retenções	-9.018	-8.554	-6.644
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.018	-8.554	-6.644
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.672	27.605	11.256
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.507	1.386	1.439
7.06.02	Receitas Financeiras	1.506	1.301	1.416
7.06.03	Outros	1	85	23
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.179	28.991	12.695
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.179	28.991	12.695
7.08.01	Pessoal	18.305	15.666	14.666
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.684	11.882	11.641
7.08.01.02	Benefícios	2.773	3.013	2.283
7.08.01.03	F.G.T.S.	848	771	742
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.028	20.588	7.263
7.08.02.01	Federais	6.819	21.279	5.455
7.08.02.02	Estaduais	792	-1.098	1.365
7.08.02.03	Municipais	417	407	443
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.674	7.503	7.383
7.08.03.01	Juros	5.947	6.754	6.971
7.08.03.02	Aluguéis	727	749	412
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.828	-14.766	-16.617

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.730	-14.784	-16.352
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-98	18	-265

Senhores Acionistas,
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da METANOR S.A. – Metanol do Nordeste submete à apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2012, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, ressaltando os principais fatos ocorridos neste período.

Comentários Gerais

O ano de 2012 foi marcado pelo baixo crescimento global e alta volatilidade causada pelo temor do agravamento da Crise Financeira Internacional, em especial pela situação europeia. Em contraponto, de forma a minimizar essa situação, podemos citar a continuidade do crescimento da economia chinesa, que, apesar da sua desaceleração, registrou um incremento de 7,8%, e a manutenção do crescimento da economia norte-americana, mesmo que em patamares reduzidos.

No Brasil, não obstante as medidas econômicas para estimular a economia em função da Crise Financeira Internacional e a queda da taxa básica de juros, o Produto Interno Bruto encerrou 2012 muito aquém das previsões iniciais, em 0,9%. Dentro desse contexto, merece destaque a queda de 0,8% na produção industrial. Já a inflação ao consumidor (IPCA) tem apresentado uma tendência de alta, encerrando o ano em 5,8%, reflexo da baixa taxa de desemprego e do movimento de depreciação do câmbio em 2012.

Quanto ao setor químico, verificou-se a manutenção da trajetória de crescimento do déficit na sua balança comercial, que atingiu US\$ 28,1 bilhões, com crescimento de 6,1% sobre o ano anterior, de acordo com o Ministério da Indústria e Comércio (MDIC) e a Associação de Indústrias Químicas (ABIQUIM). Destacamos que o segmento destinado a uso industrial, que havia apresentado queda de produção e vendas em 2011, recuperou-se ao longo de 2012, com crescimento de 2,9% na produção, segundo relatório divulgado pela ABIQUIM.

Produção e Vendas Consolidadas
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os níveis de produção das plantas industriais da controlada COPENOR, mantiveram-se em linha com as previsões para o ano de 2012.

A planta de metanol produziu 86,1 mil toneladas em 2012, contra 77,8 mil toneladas em 2011, aumento de 10,67%. Esse importante incremento ocorrido, reflete o fato de no ano de 2011 ter ocorrido uma parada para manutenção programada de 30 dias e de apenas 10 dias em 2012. Parte da produção (25,6 mil toneladas em 2012 e 25,4 mil toneladas em 2011) foi direcionada para consumo interno na produção de formaldeído.

Com relação às quantidades vendidas, o volume comercializado de metanol produzido totalizou 58,9 mil toneladas contra 53,8 mil toneladas no ano anterior, crescimento de 9,48%.

No segmento de revenda foram vendidas 41,2 mil toneladas contra 77,4 mil toneladas no ano de 2011, reflexo principalmente da redução da revenda do metanol em virtude da menor disponibilidade no Brasil deste produto pelo parceiro comercial, que enfrentou dificuldades na sua produção no Chile.

As plantas de formol produziram um total de 57,4 mil toneladas em 2012, em linha com a produção do ano anterior, de 56,6 mil toneladas. Dessa quantidade, foram utilizadas internamente 10,7 mil toneladas para a produção de hexametilenotetramina, contra 15,5 mil toneladas em 2011. As vendas do formol totalizaram 45,8 mil toneladas em 2012, contra 40,9 mil t do ano anterior, representando um crescimento de 11,98%.

A planta de hexametilenotetramina (Hexa) produziu um total de 3,9 mil toneladas em 2012, contra 6,0 mil toneladas em 2011, uma redução de 35%, acompanhando a retração da demanda do mercado. Assim, em 2012 foram vendidas 3,9 mil toneladas contra 4,9 mil toneladas do ano anterior.

Sistema de Gestão Integrado – SGI **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

A Controlada, Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste é uma empresa brasileira que não tem medido esforços para alcançar o nível de excelência, de desempenho e de conduta ética dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado. A fim de galgar crescimento sustentável, a empresa atua de maneira sócio ambientalmente responsável, e vem pautando suas ações visando atender aos requisitos dos seus clientes e acionistas, respeitando o meio ambiente, a saúde e a segurança dos seus empregados e prestadores de serviço.

Confirmando sua disposição em atender aos princípios e aos requisitos anteriormente citados, a Copenor mantém a certificação de seu Sistema de Gestão Integrado - SGI, que engloba as normas ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, submetendo-se a duas auditorias externas por ano através da empresa certificadora BSI Brasil. A BSI Brasil pertence ao grupo britânico BSI, principal membro participante e fundador da ISO, além de importante colaborador no desenvolvimento da série de normas OHSAS 18001.

Atualmente a Copenor continua sua busca na otimização de seus processos de negócio através de sua Gestão por Processos, projeto este iniciado em 2008. Em 2012 a COPENOR concluiu a implantação de seu sistema de gerenciamento de ações e auditorias. A Gestão por Processos e a implantação destes sistemas estão permitindo a simplificação das tarefas, a eliminação da recorrência de erros e o gerenciamento do desempenho das atividades, colaborando para a redução de custos e aumento da eficácia da Companhia como um todo.

Recursos Humanos

No ano de 2012, foi dado continuidade ao Programa Anual de Treinamento de seus profissionais, especialmente em razão das necessidades de manutenção do processo do SGI e do Programa de Melhoria na Qualificação dos seus empregados; ademais, foi implantado o SGD – Sistema de Gestão do Desempenho, o qual é um instrumento estruturado sobre dois vetores – metas e competências.

O primeiro estabelece vínculos claros entre as metas anuais da empresa e aquelas das diversas unidades (Diretorias, Gerências e Coordenadorias) que integram a estrutura de comando. Já o segundo, definido a partir de dois modelos de competências desenhados sob medida para a realidade da Copenor, completam a estrutura do SGD sem deixar de considerar as transformações organizacionais e culturais nela havidas, bem como a importância de ampliar as ações de desenvolvimento atitudinal de seus gestores e contribuidores individuais.

Adicionalmente, além de orientar, de forma clara, a melhoria contínua da habilidade gerencial dos profissionais de comando, constitui-se num dos pilares do planejamento sucessório da empresa.

A combinação dos dois vetores viabiliza o planejamento e avaliação de desempenho dos profissionais envolvidos e a gestão dos resultados deste processo de desenvolvimento organizacional.

Em 11 de julho de 2012, a 4ª Vara da Justiça do Trabalho de Camaçari homologou o acordo relacionado à Cláusula 4ª do acordo coletivo (CCT) de 1989/90, para o ramo Químico/Petroleiro do Estado da Bahia, beneficiando 279 trabalhadores da Companhia e sua Controlada.

Este acordo representa mais um esforço da Administração no sentido de atender uma antiga reivindicação dos colaboradores da Metanor e Copenor estando alinhado com os acordos das demais empresas do Pólo, cujas bases foram apresentadas pelo sindicato. A verba destinada diretamente aos trabalhadores é da ordem de R\$ 3,8 milhões que será liquidado em até quatro parcelas anuais.

Com esta decisão a Administração entende que está trabalhando para melhoria das condições laborais de nossos colaboradores.

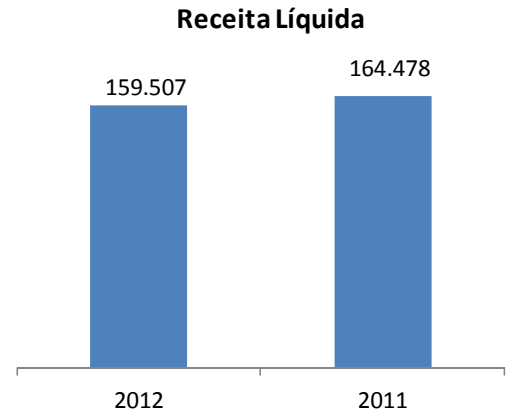
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais - R\$)	Consolidado			
	2012	% ROL	2011	% ROL
Receita Líquida	159.507		164.478	
Custo dos Produtos Vendidos	(125.093)	-78,42%	(122.338)	-74,38%
Depreciação dos Produtos Vendidos	(6.552)	-4,11%	(6.400)	-3,89%
Total do CPV	(131.645)	-82,53%	(128.738)	-78,27%
Lucro Bruto	27.862	17,47%	35.740	21,73%
1- Despesa com Vendas	(11.450)	-7,18%	(14.954)	-9,09%
2- Despesas Gerais, Administrativas, e Honorários	(10.450)	-6,55%	(8.717)	-5,30%
3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais (*)	532	0,33%	(1.774)	-1,08%
4- Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(65)	-0,04%	(91)	-0,06%
5- Despesa com ociosidade (Capacidade ociosa)	(1.701)	-1,07%	(1.802)	-1,10%
Ebitda	11.280	7,07%	14.802	9,00%
6- Depreciação e Amortização	(2.083)	-1,31%	(2.154)	-1,31%
7- Resultado Financeiro Líquido	(4.439)	-2,78%	(5.412)	-3,29%
Despesas Operacionais (1+2+3+4+5+6+7)	(29.656)	-18,59%	(34.904)	-21,22%

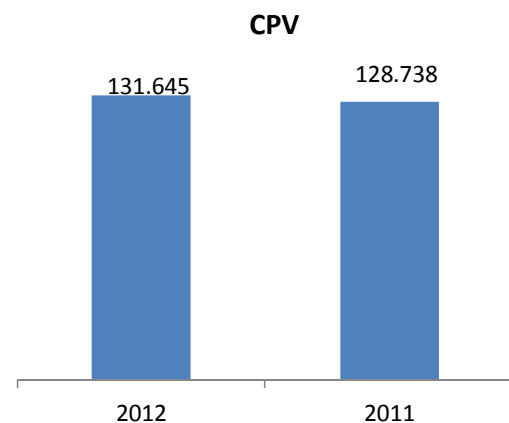
(*) Para fins de comparação foi desconsiderada em 2012 a provisão de R\$5.647 referente acordo processo CCT 89/90.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receita Líquida**

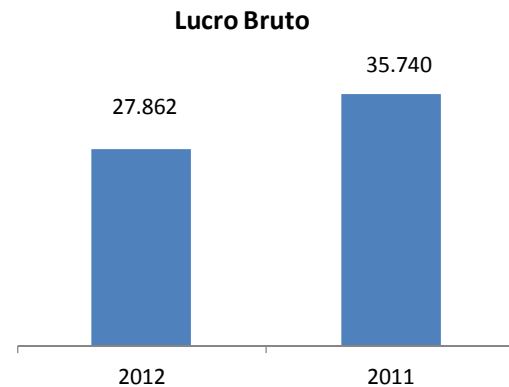
A receita líquida de 2012 teve uma redução de 3% quando comparada ao ano anterior, explicada principalmente pela diminuição da revenda de produtos, em especial do metanol.

**Custo dos Produtos Vendidos**

A Companhia registrou nos custos dos produtos vendidos no exercício social de 2012, um aumento de 2%, influenciado pelo aumento médio de 24% no preço do gás natural, principal matéria-prima do metanol.

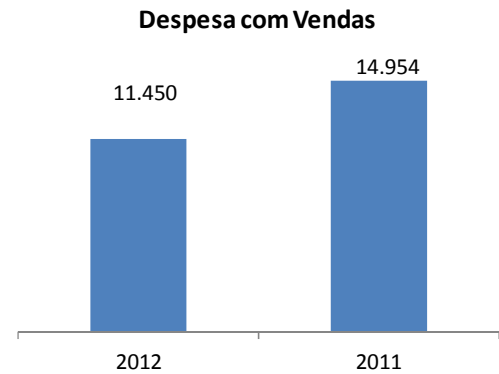
**Lucro Bruto**

O lucro bruto no exercício social de 2012 apresentou queda de 22%, influenciado pela queda nas vendas e pelo aumento da matéria-prima.

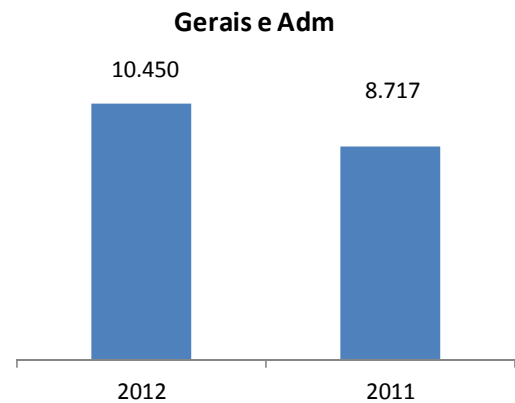


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Despesas com Vendas**

As despesas com vendas do ano de 2012 retraíram em 23% em comparação ao ano anterior, referem-se principalmente a fretes que não foram tomados em razão da retração das vendas.

**Despesas Gerais e Administrativas**

O aumento de 19% nas despesas gerais e administrativas são efeitos dos reflexos inflacionários que geraram aumentos nos serviços prestados e na folha salarial da Companhia.

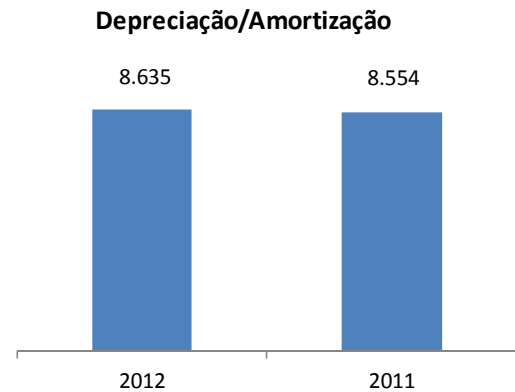
**Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

No exercício social de 2012 a Companhia registrou no Grupo de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, uma receita de R\$532 mil, enquanto que em 2011 registrou-se despesa de R\$1.225 mil. Para fins desta comparação não foi considerado no ano de 2012 a provisão do acordo CCT 89/90 no valor de R\$5.647 mil negativo.

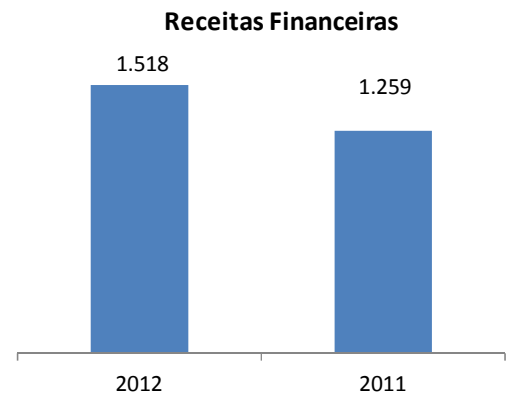


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Depreciação e Amortização**

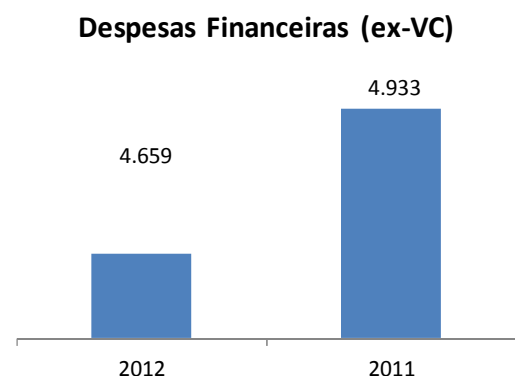
O acumulado de depreciações e amortizações no ano de 2012 foi de R\$ 8.635 mil, mantendo-se linear, variação de 1% em comparação ao exercício de 2011.

**Receitas Financeiras**

As receitas financeiras registraram em 2012 um aumento de cerca de 20% em relação a 2011, com o caixa sendo mantido sem grandes alterações.

**Despesas Financeiras**

Nas despesas financeiras (excluindo variações cambiais) houve uma redução de 5% em relação ao de 2011. Esta diminuição foi resultado da redução do nível de endividamento.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido negativo no ano de 2012 apresentou uma redução de 17%, quando comparado com o ano de 2011 como efeito de uma melhor condição de caixa e endividamento da Companhia.

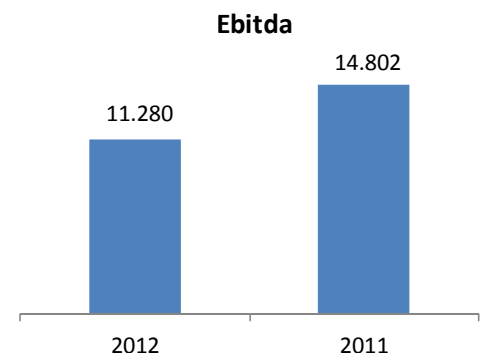
**EBITDA****(Em Milhares de Reais - R\$)**

	Consolidado		
	2012	2011	Var
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	159.507	164.478	-3,02%
Lucro (prejuízo) operacional (*)	(1.794)	836	-314,59%
(+) Resultado financeiro líquido	4.439	5.412	-17,98%
(+) Depreciação e amortização	8.635	8.554	0,95%
EBITDA	11.280	14.802	-23,79%
MARGEM EBITDA (**)	7,07%	9,00%	

(*) Para fins de comparação foi desconsiderada em 2012 a provisão de R\$5.647 referente acordo processo CCT 89/90.

(**) A Margem EBITDA é o EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida

O EBITDA da Companhia no exercício social de 2012 quando comparado com o ano anterior apresenta uma diminuição da ordem de R\$3.522 mil ou 23%. Esta queda está refletindo principalmente a queda da receita de vendas e do aumento do custo variável. Para fins deste comparativo, eliminamos o efeito da provisão referente ao acordo do processo CCT 89/90 no valor de R\$5.647 mil. O EBITDA de 2012 considerando este valor seria de R\$5.633 mil.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados Consolidados

Em 31 de dezembro de 2012, foram apurados prejuízos de R\$7.525 mil na controladora e R\$6.730 mil no consolidado (R\$15.581 mil e R\$14.784 mil em 31 de dezembro de 2011), que foram influenciados negativamente pela provisão referente ao acordo do processo CCT 89/90, conforme mencionado acima. Como este tema não será recorrente, caso desconsiderássemos o seu efeito, o resultado final consolidado seria um prejuízo de R\$1.083 mil, explicado acima pela retração nas vendas e pelo aumento dos custos variáveis.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Política de Gestão da Companhia, no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2012, não houve contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes da Companhia.

Perspectivas

Para o exercício de 2013, a Administração espera resultados positivos, tendo como fundamento a perspectiva da retomada da aceleração do crescimento da economia brasileira e da expectativa do crescimento da atividade de revenda de metanol.

A Administração, finalmente, agradece o decisivo apoio recebido dos acionistas, clientes, fornecedores, agentes financeiros, comunidade e, em especial, o empenho e a dedicação de seus colaboradores.

Camaçari, 01 de março de 2013.

A Administração.



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua do Eteno, 1042, complexo básico – COPEC, município de Camaçari, Estado da Bahia, cujas ações são negociadas em mercado de balcão não organizado. O controle acionário da Companhia é compartilhado pela Petrobrás S.A. e pelo Grupo Peixoto de Castro, ambos com metade das ações ordinárias. A Metanor é controladora direta da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e controladora indireta da Logipal Trade S.A.. Atualmente, a Metanor opera como uma holding.

O Metanol e seus derivados, principal produto acabado da controlada Copenor, são importantes matérias-primas ou insumos para os seguimentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtumes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha, etc.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas, apuraram prejuízo de R\$ 7.525 e R\$ 6.730 (R\$ 15.581 e R\$ 14.784 em 31 de dezembro de 2011), controladora e consolidado respectivamente, ficando com prejuízos acumulados de R\$ 52.081 e R\$ 55.107 (R\$ 45.214 e R\$ 49.045 em 31 de dezembro de 2011), controladora e consolidado respectivamente e capital circulante líquido negativo de R\$ 625 e R\$ 1.505 (R\$ 578 e R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011) controladora e consolidado respectivamente. Esse resultado foi afetado negativamente pela provisão referente ao acordo relativo à demanda judicial da cláusula quarta no montante de R\$ 5.647, que será liquidado em 4 parcelas anuais, já tendo sido liquidada a 1ª parcela em 2012 e as demais vencíveis em 2013, 2014 e 2015. Como este tema não será recorrente, a Administração da Companhia espera que a partir de 2013 possa alcançar os níveis de rentabilidade esperados pelos acionistas como resultado das ações já implementadas pela Administração que incluem o incremento dos negócios de distribuição da controlada Copenor, bem como as melhorias operacionais que foram implementadas nas plantas.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

(i) Aspectos Gerais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, seria custo ou valor justo.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A conclusão destas demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela reunião da Diretoria em 1º de março de 2013.

(ii) Principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A controlada auferir receita de vendas de produtos (e correspondentes contas a receber) as quais são reconhecidas quando os riscos e benefícios significativos relacionados com a propriedade do bem são transferidos para o comprador. A controlada avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

a) Reconhecimento de receita--Continuação

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como "Moeda Funcional" da Companhia e de sua controlada, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2012.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Investimentos

Os investimentos na controlada Copenor foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 18. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

f) Investimentos--continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

g) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 12.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

h) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador e gastos para implementação dos mesmos são capitalizados e amortizados as taxas 20% a.a.. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa à medida que são incorridos.

i) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

j) Outros ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante, obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

k) Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Quando da existência de base positiva, as provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário (quando aplicáveis) à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável no caso de imposto de renda, e de 9% de contribuição social.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social, efetuados durante o exercício (quando aplicáveis), são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

l) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A controlada Copenor goza do benefício de redução de 12,5%, no período compreendido entre 01/01/2009 a 31/12/2013 do imposto de renda devido, e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações. Sobre a redução do formaldeído estabilizado a controlada goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

l) Subvenções e assistências governamentais--continuação

As subvenções federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da controlada como reserva de capital.

m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

n) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e sua controlada espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

n) Provisões--continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547/09 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

q) Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada

A controlada Copenor concede aos colaboradores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participações nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a sua controlada.

r) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

s) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da diluição do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo de lucro (prejuízo) por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

t) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimento e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia e sua controlada operam em um único segmento operacional de produção e comercialização de produtos químicos.

3. Pronunciamentos técnicos

a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos - Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda.

Adicionalmente, introduz a exigência de que da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia e suas controladas.

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

3. Pronunciamentos técnicos--Continuação

a. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação

IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia e suas controladas não possuem ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

b. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures revisado em 2011).

Empréstimos do Governo - Revisões da IFRS 1

IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo.

Notas Explicativas

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e sua controlada Copenor, cuja participação percentual na data do balanço é de 98,44%.

Os exercícios sociais da controlada incluída na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. A conciliação do prejuízo do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
	2012	2011	2012	2011
Controladora	44.784	52.309	(7.525)	(15.581)
Baixa do diferido	(2.846)	(3.641)	-	-
Reversão da amortização do diferido	-	-	795	797
Consolidado - acionistas controladores	41.938	48.668	(6.730)	(14.784)
Participação dos não controladores	962	1.060	(98)	18
Consolidado	42.900	49.728	(6.828)	(14.766)

5. Caixa e equivalentes de caixa (Consolidado)

Instituição	Tipo	Rendimento	2012	2011
Caixa e bancos conta movimento			325	1.223
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		100% a 103% CDI		
Safra	Debêntures		-	1.526
Itaú	Debêntures		2.440	3.182
Santander	Debêntures		1.272	1.778
Sub-total (Aplicações)			3.712	6.486
Total			4.037	7.709

Considerando que as aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação, que estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2).

Notas Explicativas**6. Contas a receber de clientes (Consolidado)**

	2012	2011
Clientes nacionais	7.793	7.601
Clientes no exterior	137	308
Empresas ligadas	5.880	3.611
	13.810	11.520
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(318)	(215)
Total	13.492	11.305
Ativo circulante	13.492	9.636
Ativo não circulante	-	1.669
	2012	2011
A vencer	13.186	10.692
Vencidas 1-30 dias	305	503
Vencidas 31-60 dias	-	-
Vencidas 61-90 dias	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	319	325
Total	13.810	11.520

A Companhia e sua controlada possuem normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto e é considerada suficiente pela Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em questão.

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2011	(429)
Adições	-
Baixa de contas a receber incobráveis	214
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(215)
Adições	(103)
Baixa de contas a receber incobráveis	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(318)

Ajuste a valor presente

A Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Notas Explicativas**7. Estoques (Consolidado)**

	2012	2011
Produtos acabados	9.620	10.232
Matérias primas e embalagens	1.719	1.470
Almoxarifado	3.730	3.792
Importação em andamento	524	3.882
Provisão para perda nos estoques	-	(27)
Total	15.994	19.349

Os estoques de matérias primas e embalagens estão compostos principalmente por catalisadores e materiais de embalagens diversos. Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições para às unidades fabris, materiais de escritório, entre outros.

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para perdas nos estoques:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2011	(399)
Estoques baixados permanentemente	399
Constituição de provisão	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(27)
Constituição de provisão	(346)
Estoques baixados permanentemente	373
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<u>Circulante</u>				
ICMS a recuperar operações – Camaçari	-	-	1.269	1.560
Impostos federais	18	18	929	1.074
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	-	-	234	240
Total	18	18	2.432	2.874
<u>Não circulante</u>				
ICMS a recuperar operações – São Paulo	-	-	6.384	6.552
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	-	-	216	417
Finsocial e outros impostos a recuperar	1.102	1.102	2.131	2.244
Total	1.102	1.102	8.731	9.213

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 6.384 (R\$ 6.552, em 31 de dezembro de 2011), refere-se a créditos acumulados na controlada Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas (alíquota de 18%), enquanto que a maior parte das vendas foram realizadas para outras unidades da federação, principalmente para estados do nordeste, cuja alíquota é 7%, gerando desta forma créditos para a controlada Copenor. A Administração da controlada obteve decisão favorável em 15 de Janeiro de 2013 do processo administrativo, por meio do qual solicitou a autorização para transferência desses créditos a terceiros, sob a forma de venda ou pagamento a fornecedores. Segundo os consultores jurídicos da Companhia a Fazenda Estadual recorrerá porém, eles não acreditam que haja chance de reversão do julgado, tendo em vista a perícia que foi realizada que não deixou margens para dúvidas quanto a exatidão da escrita contábil da Copenor e o direito ao crédito.

Notas Explicativas**8. Impostos a recuperar--Continuação**

Caso a decisão do processo administrativo seja desfavorável a Administração da controlada entende que o referido crédito se realiza através de suas operações normais em aproximadamente seis anos.

9. Despesas antecipadas (Consolidado)

	2012	2011
Prêmios de seguros a apropriar	523	304
Aluguéis antecipados	1.375	1.875
Total	1.898	2.179
Ativo circulante	1.023	2.179
Ativo não circulante	875	-

Aluguéis antecipados referem-se ao contrato de cessão de bem imóvel junto à Bioverde, empresa que realizou a compra da unidade de Sorocaba-SP da controlada Copenor. Neste contrato, a compradora (Bioverde) cede à controlada (Copenor) parte do terreno e um galpão de armazenagem pelo prazo de 5 anos e como contrapartida obteve um abatimento no montante de R\$ 2.500 no valor total a ser pago pela compra da planta. A controlada amortiza os aluguéis antecipados de forma linear pelo prazo do contrato.

10. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecedores de serviços	5	-	1.412	1.191
Outros adiantamentos	-	-	131	64
Total	5	-	1.543	1.255

Notas Explicativas**11. Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Participação em controlada:				
Copenor – Companhia				
Petroquímica do Nordeste	60.721	66.860	-	-
Outros investimentos	285	285	931	931
Total	61.006	67.145	931	931

A Companhia possui participação acionária de 98,44% na Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, cujo investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os dados da controlada em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	2012	2011
Capital social	112.960	112.960
Patrimônio líquido	61.683	67.921
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.237)	1.101
% de participação acionária	98,44%	98,44%
Resultado de equivalência do exercício	(6.140)	1.084
Valor do investimento	60.721	66.860

Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização.

12. Imobilizado (Consolidado)

	Taxa média anual de depreciação (%)	2012	2011
Edificações e benfeitorias	3	7.675	7.463
Máquinas e equipamentos	5	144.699	140.021
Móveis e utensílios	10	1.662	1.648
Veículos	20	65	65
Computadores e periféricos	20	3.607	3.238
Outros		88	88
Subtotal		157.796	152.523
(-) Depreciação acumulada		(99.850)	(90.973)
Saldo líquido dos itens sujeitos a depreciação		57.946	61.550
Terrenos		4.322	4.322
Almoxarifado		3.264	3.232
Total		65.532	69.104

Notas Explicativas

12. Imobilizado (Consolidado) --Continuação

Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a controlada Copenor optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao *IFRS*, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para as classes de ativos a saber:

- i. Máquinas e equipamentos – unidade produtiva de metanol, R\$ 13.889;
- ii. Máquinas e equipamentos – unidade produtiva de formol, R\$ 3.537;
- iii. Terrenos, R\$ 4.099.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Copenor realizaram a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificaram indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização.

Garantias envolvendo imobilizados

A controlada Copenor possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 23.560 (R\$ 23.634 em 31 de dezembro de 2011).

Plantas paralisadas

A controlada Copenor possui ativo imobilizado líquido referente a planta industrial da unidade de Camaçari – BA paralisada desde 2007 no montante de R\$ 6.447 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2011), que estão sendo depreciados conforme legislação societária vigente, e cujos bens encontram-se em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros. Alguns estudos estão sendo realizados pelo corpo técnico da Companhia, na busca de uma solução definitiva que viabilize o retorno da planta. A recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações da Administração.

12. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Mapa de movimentação

	01/01/2011	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
<u>Custo</u>								
Terrenos	4.322	-	-	-	4.322	-	-	4.322
Edificação e benfeitorias	7.316	147			7.463	213		7.676
Maquinas e equipamentos	126.331	9.991	(24)	3.723	140.021	4.677	-	144.698
Veículos	65	-	-		65	-	-	65
Moveis e utensílios	1.646	2	-		1.648	14	-	1.662
Computadores	3.195	47	(4)		3.238	369	-	3.607
Outros	88	-	-	-	88	-	-	88
Almoxarifado	6.032	923		(3.723)	3.232	32	-	3.264
Total do custo	148.995	11.110	(28)	-	160.077	5.305	-	165.382
<u>Depreciação</u>								
Edificações e benfeitorias	(4.615)	(153)	-	-	(4.769)	(154)	-	(4.923)
Maquinas e equipamentos	(73.566)	(8.041)	-	-	(81.607)	(8.586)	-	(90.193)
Veículos	(62)	(1)	-	-	(63)	(1)	-	(64)
Moveis e utensílios	(1.415)	(47)	-	-	(1.461)	(47)	-	(1.508)
Computadores e periféricos	(2.886)	(187)	-	-	(3.073)	(89)	-	(3.162)
Total da depreciação	(82.544)	(8.429)	-	-	(90.973)	(8.877)	-	(99.850)
Total	66.451	2.681	(28)	-	69.104	(3.572)	-	65.532

Notas Explicativas**13. Intangível (Consolidado)**

	Taxa média anual de amortização	31/12/2012	31/12/2011
Marcas e patentes	-	159	159
Software	20%	2.092	2.092
(-) Amortização acumulada		(2.005)	(1.928)
Total		246	323

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No país	5	-	7.442	5.195
No exterior	-	-	2.466	6.246
Empresas relacionadas	-	-	6	18
Total	5	-	9.914	11.459

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade e encargos anuais	2012	2011
<u>Moeda nacional:</u>		
Ativo imobilizado - 1,4% a.a. nas operações de fiança, e de até 1,05% a.m. nas operações de leasing financeiro.	297	14
Ativo imobilizado - TJLP + 1,20% a.a. a 3,40% a.a.	864	3.514
Ativo imobilizado - Cesta de moedas + spread 2,5 % a 3,5% a.a.	92	309
Capital de giro – CDI + 1,20% a.a. a 3,10% a.a.	16.665	18.882
<u>Moeda estrangeira:</u>		
Capital de giro – Finimp - Libor + spread 3,5% a 5% a.a.	6.625	8.053
	24.543	30.772
Passivo circulante	19.435	12.306
Passivo não circulante	5.108	18.466

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	2012	2011
2013	-	13.586
2014	3.226	3.128
2015	1.882	1.752
Total	5.108	18.466

a. Garantias

Os empréstimos de capital de giro, inclusive aqueles denominados em moeda estrangeira, da controlada Copenor estão garantidos por aval da Companhia.

b. Covenants

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui contratos sujeitos a covenants financeiros.

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

					Consolidado
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2011	12.148	26.376	2	1.750	40.276
Ingressos	23	71	-	5.051	5.145
Encargos	3.624	-	217	-	3.841
Variação monetária e cambial	-	-	(3)	1.258	1.255
Transferências	14.070	(14.070)	1.970	(1.970)	-
Amortizações e pagamento de juros	(19.535)	-	(210)	-	(19.745)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.330	12.377	1.976	6.089	30.772
Ingressos	3.005	2.292	-	-	5.297
Encargos	3.988	-	197	-	4.185
Variação monetária e cambial	(1.027)	(664)	262	501	(928)
Transferências	8.909	(8.909)	6.578	(6.578)	-
Amortizações e pagamento de juros	(12.395)	-	(2.388)	-	(14.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.810	5.096	6.625	12	24.543

16. Transações entre partes relacionadas

	Consolidado													
	Copenor		Banco Prósper		GPC Química S.A.		Petrobras S.A		Petrobras Biocombustível S.A		Petrobras Química S.A		Total	
	Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<u>Ativo circulante</u>														
Contas a receber	-	-	-	-	1.773	-	299	228	3.808	1.686	-	28	5.880	1.942
<u>Ativo não circulante</u>														
Contas a Receber	-	-	-	-	-	1.669	-	-	-	-	-	-	-	1.669
Mútuo	4	410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Passivo circulante</u>														
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	6	18	-	-	-	-	6	18
<u>Passivo não circulante</u>														
Mútuo	525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Resultado</u>														
Compras	-	-	-	-	-	-	8.461	7.261	-	-	-	1.269	8.461	8.530
Vendas	-	-	-	-	3.942	99	5.531	5.835	30.557	16.612	-	491	40.030	23.037
Despesas gerais e administrativas (*)	-	-	-	-	-	-	544	-	-	-	-	1.452	544	1.452
Receitas financeiras	-	-	-	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes que estão divulgadas acima

(*) Despesa relativas aos honorários do Diretor Comercial e Diretor Presidente os quais são pagos pela Petrobras Química S.A. e repassados para a Copenor, vide nota explicativa 27.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social****a) Imposto de renda e contribuição social corrente**

A seguir a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação da taxa vigente combinada de 34%:

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo antes da tributação	(7.525)	(771)	(7.252)	40
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Créditos fiscais não reconhecidos	2.559	262	2.466	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(14)
Adições permanentes			-	
- Despesas não dedutíveis (34%)	-		(20)	(84)
Equivalência patrimonial	(2.943)	(1.089)	-	-
Adições temporárias			-	
- Provisão para contingências (34%)	(5)	(4)	(1.875)	(45)
- PDD (34%)	-	-	(35)	-
Exclusões:			-	
- Reversão de provisão para contingências	-	-	1.947	-
- Reversão de PDD	-	-	-	73
- Ajustes RTT	-	-	(345)	(373)
- Equivalência patrimonial	855	1.458	-	-
- Receitas isentas de impostos	-	6	-	35
Efeito Fiscal da Baixa do Ativo Diferido	-	-	270	270
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	-	231
Créditos Fiscais não reconhecidos	(466)	(745)	(2.468)	(745)
Outros	-	112	60	202
Imposto de Renda e Contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(450)
Contribuição social - parcelamento Lei 11.941/09	-	(14.810)	-	(14.810)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	-	(82)	-
Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	81
imposto de renda e contribuição social sobre a realização do custo atribuído	-	-	346	373
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(14.810)	264	(14.806)

Notas Explicativas**17. Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação****b) Incentivo fiscal**

A controlada goza do benefício de redução de 12,5% no período compreendido entre 01/01/2009 a 31/12/2013 do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações.

Sobre a redução do formaldeído estabilizado a controlada Copenor goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

c) Impostos diferidos ativos

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes montantes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias:

	Consolidado	
	2012	2011
Prejuízos fiscais acumulados ⁽¹⁾	104.772	103.045
Bases negativas da CSL acumuladas ⁽²⁾	53.413	51.686
Diferenças temporárias	2.627	6.965
Imposto de renda diferido ativo não reconhecido (25%)	26.850	27.503
CSL diferida ativa não reconhecida (9%)	5.043	5.279
Total de impostos diferidos não registrados	31.893	32.782

(1) Saldo de prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2012 após consolidação de parcelamento de dívidas não parceladas anteriormente, conforme art.1º da Lei 11.941/09, já deduzido o valor de R\$ 11.539 em 2011, utilizados para compensação de juros e multa de débitos de CSL e demais débitos no âmbito da PGFN, débitos previdenciários e demais débitos da RFB incluídos no parcelamento da companhia no montante de R\$ 34, e no consolidado R\$ 2.885 conforme mencionado na nota explicativa 19.

(2) Saldo de base negativa em 31 de dezembro de 2012 após consolidação de parcelamento de dívidas não parceladas anteriormente, conforme art.1º da Lei 11.941/09, já deduzido da base o valor de R\$ 62.110 em 2011, utilizados para compensação de juros e multa de débitos de CSL e demais débitos no âmbito da PGFN incluídos no parcelamento da companhia no montante de R\$ 12, e no consolidado R\$ 5.590 conforme mencionado na nota explicativa 19.

A Companhia e sua controlada decidiram por não constituir ativos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 em razão do histórico de prejuízos anteriores e das incertezas quanto a geração de resultados tributáveis futuros apesar da expectativa de geração de lucro nos exercícios subsequentes.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação****d) Impostos diferidos passivos**

A Controlada Copenor constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído (deemed cost) conforme descrito na nota 12.

Segue abaixo a movimentação da conta:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	(6.255)
Realização dos impostos diferidos	346
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(5.909)

18. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1 de janeiro de 2011	229	1.740
Adições	14	130
Baixas		(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	243	1.808
Adições	13	79
Baixas	-	(308)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	256	1.579

Trabalhista e cível**a) Cláusula quarta**

A Companhia e sua controlada, juntamente com outras empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, firmaram em setembro de 1989 acordo coletivo de trabalho de 1989/1990, cuja Cláusula 4ª determinava que os salários dos trabalhadores deveriam ser reajustados em 90% do índice de Preços ao Consumidor (IPC) a cada mês. Este assunto era objeto de ação contra o sindicato das empresas do Pólo Petroquímico a qual envolvia a Companhia e sua controlada.

No segundo trimestre de 2012 a Companhia e sua controlada assinaram acordo entre as partes que teve a conciliação homologada pela 4ª Vara do Trabalho de Camaçari – Bahia em julho de 2012.

A Controlada Copenor efetuou provisão no montante de R\$ 5.647 sendo R\$ 3.976 a pagar para os funcionários e o restante no montante de R\$ 1.671 referente as custas e honorários advocatícios a serem pagos em até quatro parcelas anuais, a primeira foi paga em julho de 2012, a segunda até o dia 30 de julho de 2013, a terceira até 30 de julho de 2014 e a quarta, se houver saldo devedor que remanesça. As parcelas são corrigidas pela taxa de 1,17% ao ano.

Notas Explicativas**18. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação****a) Cláusula quarta--Continuação**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm as seguintes composições, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	Consolidado
2014	1.375
2015	1.375
Total do não circulante	2.750

Remanesce ainda ação de um empregado que não aceitou o acordo e continuará com o processo, sobre o qual os advogados contratados pela Companhia estimam que as chances de êxito são prováveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

b) Outras demandas trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada eram parte em ações indenizatórias e trabalhistas, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R\$ 13.059 (R\$ 15.447 em 31 de dezembro de 2011) cujas chances de êxito, baseada na opinião dos advogados contratados pela Companhia, são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

Para os processos classificados pelos consultores jurídicos como perda provável, a Companhia e sua controlada mantêm provisão de R\$ 1.579 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.808 em 31 de dezembro de 2011).

Fiscal**a) Contribuição social**

Em 1994 a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado reconhecendo a inconstitucionalidade da CSL que foi objeto de Ação Rescisória movida pela União. Tal ação rescisória foi julgada procedente em decisão final proferida pelo Supremo Tribunal Federal, publicada em 06 de abril de 2011.

Em que pese o julgamento acima, os valores relativos à CSL já se encontravam em discussão judicial através de execuções propostas pela União, devidamente embargadas, onde são levantadas questões inerentes aos limites e efeitos da decisão de constitucionalidade da CSL, em especial no que tange à impossibilidade de exigência da CSL pelo período em que se encontrava acobertada pela coisa julgada, senão, o afastamento da multa e juros de mora, inaplicáveis ao caso.

Notas Explicativas**18. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação**Fiscal--Continuaçãoa) Contribuição social--Continuação

A Administração da Companhia, com base nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN 02/2011 (art. 13) que reabriu a possibilidade de inclusão de novos débitos dos contribuintes no REFIS (Lei 11.941/09) anteriormente não apontados para parcelamento, optou por efetuar a inclusão, em julho de 2011, dos débitos que se encontravam em tramitação perante a Receita Federal no montante de R\$ 9.050, que após as devidas deduções legais, foram parcelados em 180 meses (Vide Nota 19). Os débitos da CSL que já se encontravam inscritos em dívida ativa, no montante de R\$ 9.050, após as devidas deduções legais, não tiveram sua inclusão no parcelamento acatada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o que motivou a impetração de Mandado de Segurança em 5 de outubro de 2011, com pedido de liminar para inclusão destes débitos, excluindo-se os valores relativos à multa isolada, sobre a qual será mantida a discussão. Em 10 de julho de 2012 foi publicada sentença nos autos do Mandado de Segurança, não concedendo a segurança, tendo sido interposto recurso de apelação ao TRF da 1ª Região pendente de julgamento.

A despeito do posicionamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Administração da Companhia baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, avalia a perspectiva de êxito como possível, seja pelo princípio da isonomia, seja pela aceitação da inclusão de valores no parcelamento pela Receita, não sendo possível a existência de posturas distintas em um mesmo órgão da administração (Ministério da Fazenda), razão pela qual, manteve os registros contábeis decorrentes da inclusão destes débitos no parcelamento.

Se a decisão no Mandado de Segurança for desfavorável, a Companhia prosseguirá com as discussões judiciais em andamento, referente aos débitos inscritos na dívida ativa e com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão só produzirá efeitos a partir do exercício fiscal de sua publicação.

Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido pela Companhia, atualizado monetariamente é de, aproximadamente, R\$ 14.609, excluindo-se a multa.

Notas Explicativas

18. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Fiscal--Continuação

b) Multa isolada - CSL

A Companhia e sua controlada possuíam alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. A Companhia vem defendendo a impossibilidade de aplicação de tal penalidade, tendo em vista o fato da lavratura dos autos de infração ter ocorrido após o fechamento do exercício, com a imposição ainda da multa de ofício sobre os valores da contribuição, apurados ao final do ajuste anual. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido atualizado é de R\$ 4.979 controladora e R\$ 7.624, consolidado (R\$ 4.805 controladora e R\$ 7.341 consolidado em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia e sua controlada, respaldadas em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que vem acatando as alegações dos contribuintes, e na opinião dos seus advogados externos que consideram possíveis as chances de êxito dos processos, não constituiu provisão para a referida demanda.

c) Outros tributos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada possuíam processos fiscais nos montantes de R\$ 10.446 na Controladora e R\$ 19.702 no Consolidado (R\$ 9.560 na Controladora e R\$ 14.903 no Consolidado em 31 de dezembro de 2011), que baseado na opinião dos advogados da Companhia as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras.

19. Parcelamento de tributos (Consolidado)

Com o advento da Lei nº 11.941/09 que estabeleceu condições favoráveis para o parcelamento de débitos tributários federais, a Companhia e sua controlada Copenor efetuaram a adesão a esse parcelamento para os débitos relativos à contribuição social e outros tributos, utilizando os benefícios referentes aos descontos de multas, juros e encargos e a utilização do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social na liquidação das multas e juros e, desde 30 de novembro de 2009, vem recolhendo os valores mínimos estabelecidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor apresentado nesta rubrica refere-se a débitos de CSL e outros débitos parcelados da Companhia e de sua controlada apurados conforme Demonstrativo de Consolidação de 27 de novembro de 2009, expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 29 de julho de 2011 e 16 de junho de 2011 respectivamente, referente à Consolidação de Parcelamento de Dívidas não parceladas anteriormente - Art. 1º e Art. 3º e débitos da CSL inscritos na dívida ativa no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que foram solicitados inclusão no parcelamento, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas**19. Parcelamento de tributos (Consolidado)--Continuação**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Débito com Reduções - Lei nº 11.941/09	15.719	15.285	27.501	27.067
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal	(34)	(34)	(2.885)	(2.885)
(-) Utilização de Base negativa da CSLL	(12)	(12)	(5.590)	(5.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	15.673	15.239	19.026	18.592
(-) Antecipações pagas - Lei nº 11.941/09	(59)	(59)	(84)	(84)
Saldo consolidado em valores de 27/11/2009	15.614	15.180	18.942	18.508
Parcelas pagas no exercício de 2011	(302)	(302)	(473)	(473)
Atualização Selic em 2011	1.409	1.409	2.076	2.076
Saldo consolidado em 2011	16.721	16.287	20.545	20.111
Parcelas pagas no período	(492)	-	(740)	
Atualização Selic no período	371	-	604	
	16.600	16.287	20.024	20.111
Passivo circulante	642	595	967	895
Passivo não circulante	15.958	15.692	19.442	19.216
Número de prestações remanescentes	141	153	141	153

Conforme mencionado na nota 18, nos valores acima estão incluídos R\$ 9.050 atualizados até 31 de dezembro de 2012, na Controladora e Consolidado, referentes aos processos de CSL inscritos na dívida ativa (PGFN), que estão aguardando liberação para fins de consolidação no REFIS e que foram objeto do Mandado de Segurança impetrado pela Companhia em 5 de outubro de 2011, pendente de julgamento.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2012	-	602	-	902
2013	621	602	934	902
2014	621	602	934	902
2015	621	602	934	902
2016	621	602	934	902
2017	621	602	934	902
2018 em diante	12.853	12.080	14.772	13.804
Total	15.958	15.692	19.442	19.216

20. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 67.425 em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está representado (em milhares de ações) por 296.079 ações sem valor nominal, sendo 98.693 ordinárias, 87.596 preferenciais classe "A", 9.819 preferenciais classe "B" e 99.971 preferenciais classe "C".

Notas Explicativas

20. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações representativas de cada classe, limitado aos lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de fundos ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais.

b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui registrado reserva de capital no montante de R\$ 18.147 correspondente a reserva de incentivo fiscal do imposto de renda reconhecida até 31 de dezembro de 2007 diretamente no patrimônio líquido.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado da controlada que foram objeto. Em 31 de dezembro de 2012 o montante registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 11.293 na controladora e R\$ 11.473 no consolidado (R\$11.951 na controladora e R\$ 12.141 no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

21. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada Copenor participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Administração entende que a controlada está exposta, de acordo com a natureza dos negócios e estrutura operacional.

Notas Explicativas

21. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

A gestão desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias e premissas elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de controles. A controlada Copenor não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

A Administração realiza avaliações tempestivas, acompanha os resultados financeiros obtidos, analisa as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócio e monitora os riscos aos quais a controlada está exposta.

Risco de mercado é o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro que flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda (quando aplicável).

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber, conforme descritos a seguir:

(a) Exposição a riscos de commodities

A controlada Copenor está exposta à variação de preços de algumas commodities petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o Metanol. A controlada procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional.

(b) Exposição a riscos cambiais

Alguns insumos e produtos têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de commodities, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política da para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. São adotados procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

Notas Explicativas

21. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A controlada Copenor está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

(d) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a controlada Copenor à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a controlada fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a controlada mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a controlada tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(e) Gestão de risco de capital

A Companhia promove a gestão do Capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petroquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país.

A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima tais como, o custo do endividamento e parâmetros de utilização de benefícios fiscais da dívida. Além de poder promover ajustes na política de pagamento dividendos aos acionistas.

Os dois principais indicadores envolvidos nas análises são, "Dívida Líquida/EBITDA", que reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração de caixa e "Dívida Líquida/Patrimônio Líquido", que reflete o grau de alavancagem financeira em relação ao patrimônio da Companhia. Estes índices financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão assim demonstrados:

Notas Explicativas**21. Gerenciamentos de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****(a) Gestão de risco de capital--Continuação**

	Consolidado	
	2012	2011
Dívida bruta (curto e longo prazo) – nota 15	24.543	30.772
(-) Caixa e equivalentes de caixa – nota 5	(4.037)	(7.709)
Dívida líquida (A)	20.506	23.063
EBITDA * (B)	4.537	14.802
Dívida líquida/EBITDA (A)/(B)	4.52x	1,56x
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (C)	42.900	49.728
Dívida líquida/PL (A/C)	47,80%	46,38%

* Dados não auditados: EBITDA não é um indicador calculado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e possivelmente pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome, apresentados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador substituto para medir lucro operacional, ou também como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é uma informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.

Análise de sensibilidade de variações no CDI, TJLP e LIBOR

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, a Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
	TJLP a.a.	CDI	Libor	TJLP a.a.	CDI	Libor	TJLP a.a.	CDI	Libor
Taxa simples	5,50	6,90	0,51	6,88	8,63	0,64	8,25	10,35	0,77
Acréscimo	2,30	2,15	4,25	2,88	2,69	5,31	3,45	3,23	6,38
Total	7,80	9,05	4,76	9,75	11,32	5,95	11,70	13,58	7,15

Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras	Baixa CDI	3.712	3.383	3.438
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	864	948	965
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	16.665	18.550	18.927
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	6.625	7.019	7.098

Notas Explicativas

22. Custo de paradas e ociosidade

A controlada Copenor, vem registrando seus custos fixos, inerentes ao processo produtivo que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas ou não, no resultado do exercício, alocadas no grupo de despesas operacionais, no montante de R\$ 3.368 (R\$ 3.406 em 31 de dezembro 2011).

23. Plano de pensão – previdência privada

Em 31 de dezembro de 2012 a Controlada Copenor possui 2 planos de previdência complementar, sendo: Plano BD (Plano Previnor de Benefício Definido), saldado e que não permite novas adesões, com 50 (51 em 31 de dezembro de 2011) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Plano Previnor de Contribuição Definida) com 169 (160 em 31 de dezembro de 2011) participantes ativos e assistidos. Estes planos são administrados pelo Fundo de pensão multipatrocinadora, entidade fechada de previdência complementar, multi-patrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores.

O plano Previnor BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Este plano contempla benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, por invalidez e pensões por morte.

O plano Copenor CD, embora legalmente classificado como de Contribuição Definida, oferece os benefícios programados com a característica de poupança individual não apresentando déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes, mas oferece benefícios de cobertura de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte de participante em atividade, na modalidade de Benefício Definido, sendo o seu custo dimensionado anualmente implicando na determinação do custeio.

As contribuições acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro 2012 totalizaram R\$ 731 (R\$ 669 em 31 de dezembro de 2011).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/09 que aprovou o CPC 33, os planos de pensão foram submetidos a uma avaliação atuarial anual, por Atuário Independente.

A abordagem adotada para reconhecimento dos ganhos e perdas foi o de amortizá-los no resultado de exercícios futuros, sendo que o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos dos Planos, amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes do plano.

A Controlada Copenor optou pelo não reconhecimento deste ativo em seu balanço, por entender que o benefício econômico que pode ser gerado com os Planos está sujeito a aprovação da PREVIC. Estando sujeito à aprovação, o ativo pode ou não ser realizável, e sendo assim, a Companhia entende ser mais prudente, apenas reconhecer o ativo quando da aprovação da PREVIC sobre a utilização do superávit.

Notas Explicativas**23. Plano de pensão – previdência privada--Continuação**

Registramos ainda que, em decorrência da informação quanto ao objetivo do Fundo Previdencial, houve um ajuste de forma a considera-lo no Ativo do Plano.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	30/11/2012	30/11/2011	30/11/2012	30/11/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	12.108	9.125	79	28
Valor justo dos ativos do plano	(15.241)	(12.430)	(237)	(18)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(3.133)	(3.305)	(158)	10
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	(3.027)	(543)	(114)	(78)
Passivo / (Ativo) atuarial líquido	(6.160)	(3.848)	(272)	(68)
Efeito do parágrafo 58(b) por limitação de ativo	6.160	3.848	272	68
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser reconhecido - Após o efeito do parágrafo 58(b)	-	-	-	-

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	7	5
Juros sobre as obrigações atuariais	949	886	3	2
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.305)	(1.370)	(2)	(23)
Amortizações de (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	9	(43)
Ajuste do Ativo	(1.956)	-	(221)	-
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	(2.312)	(484)	(204)	(59)
Contribuições de participante no ano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(2.312)	(484)	(204)	(59)
Efeito do parágrafo 58(b)	2.312	484	204	59
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida - Após o efeito do parágrafo 58(b)	-	-	-	-

As movimentações no valor presente da obrigação com os planos são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Valor das obrigações no início do ano	9.125	8.523	28	19
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	7	5
Juros sobre obrigação atuarial	949	886	3	2
Benefícios pagos no ano	(622)	(530)	(16)	(11)
Obrigações - (G)/P	2.656	246	57	13
Valor das obrigações calculadas no final do ano	12.108	9.125	79	28

Notas Explicativas**23. Plano de pensão – previdência privada--Continuação**

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do ano	12.430	13.017	18	211
Benefícios pagos no ano	(622)	(530)	(16)	(11)
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	1.305	1.370	2	23
Ajuste do Ativo	1.956	-	221	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	172	(1.427)	12	(205)
Valor justo dos ativos no final do ano	15.241	12.430	237	18

Para cada categoria principal de ativos do plano, que devem incluir, entre outros, os instrumentos patrimoniais, instrumentos de dívida, propriedade e todos os outros ativos, a percentagem ou o montante que cada categoria representa do valor justo do total de ativos do plano.

Plano BD

	Valores (em R\$ 1,00)	%
DISPONÍVEL	0,00	0,0%
REALIZÁVEL	15.402.638,27	100,0%
GESTÃO PREVIDENCIAL	0,00	0,0%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	82.259,27	0,5%
INVESTIMENTOS	15.320.379,00	99,5%
TÍTULOS PÚBLICOS	0,00	0,0%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	0,00	0,0%
AÇÕES	0,00	0,0%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	15.246.906,66	99,0%
DERIVATIVOS	0,00	0,0%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.071,20	0,1%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	61.401,14	0,4%
PERMANENTE	0,00	0,0%
TOTAL	15.402.638,27	100,0%

EXIGÍVEL OPERACIONAL	79.368,52
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0,00
FUNDOS	2.042.742,87
PREVIDENCIAL	1.960.483,60
OUTROS	82.259,27

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DISPONÍVEL	15.241.010,48
-------------------------------	---------------

Notas Explicativas**23. Plano de pensão – previdência privada--Continuação**Plano CD

	Valores (em R\$ 1,00)	%
DISPONÍVEL	0,00	0,0%
REALIZÁVEL	26.580.632,20	100,00%
GESTÃO PREVIDENCIAL	0,00	0,0%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	262.952,57	1,0%
INVESTIMENTOS	26.317.679,63	99,0%
TÍTULOS PÚBLICOS	0,00	0,0%
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	0,00	0,0%
AÇÕES	0,00	0,0%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	25.726.715,92	96,8%
DERIVATIVOS	0,00	0,0%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0,00	0,0%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	590.963,71	2,2%
PERMANENTE	0,00	0,0%
TOTAL	26.580.632,20	100,0%

EXIGÍVEL OPERACIONAL	115.691,09
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0,00
FUNDOS	1.788.421,74
PREVIDENCIAL	1.525.469,17
REVERSÃO DE CONTRIBUIÇÃO	1.249.913,99
DESLIGADOS	78.685,00
REVISÃO ATUARIAL	196.870,18
OUTROS	262.952,57

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DISPONÍVEL	24.873.389,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO – BENEFÍCIO DEFINIDO	236.502,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	24.636.887,31

Notas Explicativas

23. Plano de pensão – previdência privada--Continuação

As principais premissas econômicas e biométricas adotadas na avaliação dos planos previdenciários foram:

	Plano BD		Plano CD	
	2012	2011	2012	2011
Taxa anual de juros	8,67% a.a.	10,78% a.a.	8,67% a.a.	10,78% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	8,67% a.a.	10,78% a.a.	8,67% a.a.	10,78% a.a.
Inflação de longo prazo	5% a.a.	5% a.a.	5% a.a.	5% a.a.
Projeção de crescimento salarial	4,54% a.a.	6,05% a.a.	4,54% a.a.	6,05% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	5% a.a.	5% a.a.	5%	5%
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial	A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Básica (Sexo)	AT-1983 NB (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)	AT-1983 NB (Sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disable (Sexo)	IAPB-1957	RP-2000 Disable (Sexo)	Conforme anexo 5
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Conforme Anexo 5	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	IAPB-1957

A taxa esperada de retorno dos ativos do planos BD e CD são dados com base na expectativa de mercado e cenário econômico descrito abaixo, respeitando a alocação em cada seguimento.

Os ativos de renda fixa referenciados na taxa de juros CDI tendem a ter rentabilidade próxima a taxa de juros. Já os ativos indexados a inflação tendem a sofrer influência do índice de inflação (IPCA e IGPM) e da marcação a mercado das taxas de juros. Já os ativos de renda variável são alocados com base nos benchmarks pré-determinados.

Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada do retorno dos ativos:

A carteira do Plano é composta por títulos de renda fixa de longo prazo indexado a inflação. Desta forma, sua rentabilidade esperada é composta principalmente pela expectativa de inflação de curto prazo e pela marcação a mercado da taxa de juros real destes títulos. Levando em consideração o cenário base da empresa com inflação próxima a 5,25% para o ano de 2012 e com base nas taxas de juros negociadas pelo mercado, a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos para o exercício de 2012 é de 10,78%.

Notas Explicativas**23. Plano de pensão – previdência privada--Continuação**

O retorno real dos ativos do plano no ano de 2012 foi de R\$ 1.477 mil para o Plano BD e de R\$ 13 mil para o Plano CD.

Encerramento do Ano Fiscal	Plano CD				Plano BD			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Evolução Patrimonial								
1 (Ganho)/Perda no período	(11.881)	205.134	(186.945)	2.022	(171.601)	1.426.807	(1.286.133)	(21.322)
2 (Ganho)/Perda em % do patrimônio*	(5,023%)	1137,827%	(88,393%)	7,304%	(1,126%)	11,479%	(9,881%)	(0,193%)
Evolução das Obrigações								
1 (Ganho)/Perda no período	57.438	13.348	-1.050	3.119	2.655.728	246.328	50.510	126.931
2 (Ganho)/Perda em % da obrigação*	72,734%	47,144%	-5,460%	15,596%	21,934%	2,699%	0,593%	1,567%
Resultado do Plano								
1 Obrigação Atuarial	78.971	28.313	19.230	19.999	12.107.616	9.125.087	8.522.876	8.101.374
2 Valor justo do ativos	(236.502)	(18.029)	(211.494)	(27.684)	(15.241.010)	(12.430.137)	(13.016.837)	(11.042.643)
3 Resultado do plano	(157.531)	10.284	(192.264)	(7.685)	(3.133.394)	(3.305.050)	(4.493.961)	(2.941.269)

*Informações não auditadas

Melhor estimativa do empregador, assim que se possa razoavelmente determinar, sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício que se inicia, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis:

As contribuições a serem vertidas ao plano, observando o custeio do Plano serão de R\$ 604.723.

24. Coberturas de seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela controlada Copenor está demonstrado a seguir:

Modalidade de seguro	Consolidado	
	Data da vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	31/07/13	185.467
Responsabilidade civil geral	01/03/14	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/14	2.000
Veículos	31/10/13	150 (RCFV) por veículo

Os seguros da controlada são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que os montantes segurados são suficientes para cobrir possíveis perdas.

Notas Explicativas**24. Coberturas de seguros--Continuação**

Riscos nomeados (imóveis próprios, maquinários e almoxarifados) – cobertura securitária contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia e Controlada.

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

25. Receita líquida (Consolidado)

	2012	2011
Receitas de vendas de metanol produzido	78.350	60.829
Receitas de vendas de formaldeído produzido	32.315	25.682
Receitas de vendas hexametenotetramina produzido	11.138	9.538
Receitas de vendas de nitrato de hexametenotetramina produzido	2.674	3.482
Receita de vendas (revendas de diversos produtos)	74.216	106.035
Receita bruta de vendas	198.693	205.566
Impostos sobre vendas	(39.186)	(41.088)
Receita operacional líquida	159.507	164.478

Notas Explicativas**26. Receitas (despesas) operacionais****Despesas com vendas (Consolidado)**

	2012	2011
Salários, encargos e comissões	(2.014)	(2.125)
Fretes e carretos	(9.436)	(12.757)
Outros	-	(72)
Total	(11.450)	(14.954)

Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesa com pessoal	-	-	(4.618)	(3.639)
Despesa com conservação e manutenção	-	-	(905)	(740)
Despesa com serviços de terceiros	(304)	(307)	(1.113)	(1.508)
Despesa com viagens	-	-	(286)	(238)
Despesa com impostos	-	-	(408)	(466)
Despesa com aluguéis e leasing	-	-	(181)	(167)
Despesa com depreciação e amortização	-	-	(416)	(550)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(7)	(950)	(796)
Total	(304)	(314)	(8.877)	(8.104)

Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	394	689
Juros auferidos	-	-	1.096	438
Outras receitas financeiras	9	81	28	132
Total	9	81	1.518	1.259

Notas Explicativas**26. Receitas (despesas) operacionais--Continuação****Despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(3.021)	(3.576)
Despesas bancárias	-	-	(49)	(41)
Juros sobre impostos parcelados	(691)	-	(950)	(266)
Juros sobre CSL não parcelada	(247)	-	(247)	-
Comissões sobre garantias	-	-	-	(588)
IOF	(2)	(11)	(18)	(106)
Outras despesas financeiras	(7)	-	(374)	(356)
Total	(947)	(11)	(4.659)	(4.933)

A Companhia e sua controlada Copenor, registraram até 31 de dezembro 2012, uma diminuição de 5,55%, ou seja, R\$ 274 nas despesas financeiras, motivado pelo maior volume de amortizações e liquidações no endividamento, em comparação a 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

Outras despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão processo cláusula quarta	-	-	(5.647)	-
Ajuste de inventário	-	-	(225)	250
Receitas PIS MP 66 e COFINS	-	-	153	196
Descontos parcelamento da Lei 11.941/09	-	331	-	331
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(104)	214
Provisão para riscos trabalhistas	(14)	(13)	212	(135)
Provisão demais débitos parcelamento REFIS	-	(1.927)	-	(1.927)
Receitas com take or pay	-	-	446	497
Baixas depósitos judiciais	(129)	-	(209)	(636)
Reversão provisão participações	-	-	350	-
Outras líquidas	-	(2)	259	(14)
Total	(143)	(1.611)	(4.765)	(1.224)

27. Honorários da administração

A remuneração da Administração foi fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária – AGO realizada em 26 de abril de 2012, respeitando a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.

A controlada Copenor registra até 31 de dezembro de 2012 o montante global de R\$ 1.989 (R\$1.713 em 31 de dezembro de 2011) de despesas com honorários dos Administradores e Diretoria Executiva. A controlada não concede benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em virtude da faculdade estabelecida pela C.V.M. – Comissão de Valores Mobiliários, para as companhias nela registrada; no que tange às divulgações das projeções, premissas e estimativas empresariais, a Companhia optou por não realizar qualquer divulgação nesse sentido para o exercício social de 2013, a fim de salvaguardar suas estratégias de negócios.

Proposta de Orçamento de Capital

Em virtude da confidencialidade a cerca do assunto, a Companhia optou por não realizar qualquer divulgação neste momento, fazendo uso da apresentação do montante da Proposta de Orçamento de Capital, no momento da realização da A.G.O. – Assembleia Geral Ordinária, na qual se realizará no mês de abril do exercício social de 2013.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (MANDATO ATÉ ABRIL/2014)

WANDERLEI PASSARELLA – PRESIDENTE

ANDRÉ LUÍS DE SOUZA ALVES PINTO – VICE PRESIDENTE

FERNANDO FERNANDES MARTINEZ.

RAPHAEL ALCIDES RAPHAEL

ARTUR ORTIZ DE ARAÚJO

JOÃO CARLOS PEIXOTO DE CASTRO PALHARES

MEMBROS SUPLENTE:

ALCIDES MORALES FILHO.

CARLOS DE OLIVEIRA CRUZ

ARIANE BARBOSA DE OLIVEIRA

EMÍLIO GRANDMASSON SALGADO

BIANCA WANDERLEY RODRIGUES BELLO

ANDRÉIA SANTOS PINTO DE ALBUQUERQUE

2. DIRETORIA EXECUTIVA: (MANDATO ATÉ ABRIL/2014).

JOÃO FERREIRA BEZERRA DE SOUZA – Diretor Presidente

EDGARD BOBBA MANTA – Diretor

EMÍLIO SALGADO FILHO – Diretor

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. CONSELHO FISCAL DA METANOR (MANDATO ATÉ ABRIL/2013)

ADOLPHO LUIZ LAYDNER JUNIOR – PRESIDENTE

CÉSAR LEANDRO REBORDÕES CARAUTA

JOSÉ JOAQUIM GERALDO NETO

MEMBROS SUPLENTE:

ANTONIO JOÃO JARDIN

ARTHUR COSTA DA SILVA

CID GABRIEL FERREIRA DE SAMPAIO

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
Metanor S.A. – Metanol do Nordeste
Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metanor S.A. - Metanol do Nordeste em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Metanor S.A. - Metanol do Nordeste e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Metanor S.A. – Metanol do Nordeste essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste possui saldo de ICMS a recuperar no montante de R\$ 6.384 mil registrado no ativo não circulante. A Administração da controlada está discutindo com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a adoção de medidas para viabilizar alternativas para a recuperação do referido crédito. A realização desse crédito depende do sucesso dessas negociações que atualmente encontram-se em andamento.

Conforme mencionado na nota explicativa 12, a controlada Copenor possui ativo imobilizado líquido no montante de R\$ 6.447mil referente à planta industrial na unidade de Camaçari – BA paralisada desde 2007. Os ativos desta planta encontram-se hibernados, em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações a serem implementadas pela administração da controlada.

Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 1º de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC 1BA-022.650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Metanor S.A. – Metanol do Nordeste, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Camaçari, 20 de março de 2013.

Adolpho Luiz Laydner Júnior
Presidente do Conselho Fiscal

César Leandro Rebordões Carauta
Conselheiro

José Joaquim Geraldo Neto
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores Executivos da controladora Metanor S.A. – Metanol do Nordeste, declaram que examinaram, reviram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nestas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes, apresentado nesta Demonstração Financeira Anual.

Camaçari, 01 de março de 2013.

João Ferreira Bezerra de Souza
Diretor Presidente

Emílio Salgado Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Edgard Bobba Manta
Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores Executivos da controladora Metanor S.A. – Metanol do Nordeste, examinaram, reviram, discutiram e concordam, quanto as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2012, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados dos exercícios, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, ante as informações prestadas pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e do Conselho Fiscal da Metanor, aprovaram e concordam com os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Camaçari, 01 de março de 2013.

João Ferreira Bezerra de Souza
Diretor Presidente

Emílio Salgado Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Edgard Bobba Manta
Diretor Comercial